



PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 001

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA - MS

Visto

INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/MS, Nº. 035 de 11 de DEZEMBRO de 2011
(ANEXO XVII)

Órgão Licitante: Câmara Municipal de Bodoquena

Processo Administrativo: 015/2024

Data: 25.11.2024

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação de nº. 012/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR DA LICITAÇÃO

EMPRESA 1

HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

Concorrentes Classificados

EMPRESA 1

HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

Propostas/Lances:

HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais)

RESULTADO DA LICITAÇÃO

Concorrente: Heuris Ferreira de Carvalho

35.232.713/0001-65

Contrato de nº. 015/2024

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.965,00

Data: 25.11.2024

CONTRATANTES

Contratante: Câmara Municipal de Bodoquena-MS

CNPJ: 15.465.164/0001-61

Representante legal: Ermeson Luna Bonfim

Contratado: Heuris Ferreira de Carvalho

CNPJ: 35.232.713/0001-65

Representante legal: Heuris Ferreira de Carvalho

Valor Estimado: R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais)

Prazo de Vigência: 25.11.2024 a 24.12.2024

Publicação de Extrato de Contrato: Diário Oficial - ASSOMASUL - 03.12.2024

Jane Antunes

Agente de Contratação

Ermeson Luna Bonfim
Presidente do Legislativo

SOLICITAÇÃO DE PRODUTOS/SERVIÇOS

Solicitação Nº: 56/2024

Cód. da Solicitação: 301

Data: 07/11/2024

De: PRESIDÊNCIA

Para: DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 002
Visto [assinatura]

Requerente: ERMESON LUNA BONFIM

Assunto:

Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Justificativa:

A presente contratação se faz necessária para padronizar a vestimenta dos servidores da Câmara Municipal de Bodoquena, sendo fundamental para a identificação deles. O uso do uniforme adequado ao ambiente de trabalho é fundamental para atender e reforçar os cuidados com a segurança e saúde no trabalho.

DOTAÇÃO(ÕES):

Reduzido: 6 - 01.001-01.031.0101.2001-3.3.90.30.99.1500 - F. Recursos: 500 - S.Elemento: 99 - Desdob.: 0

Item	Código	Nome Produto/Serviço	Quant.	Unidade
1	621	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA BORDADA - MASC/FEM	30	un
2	295	CAMISETA POLO EM MALHA 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA/PRETA COM BORDADOS NA FRENTE/ MANGAS.	41	un

2 produto/serviço impresso(s).

QTDE. TOTAL DOS ITENS: 71

[assinatura]
Requerente



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 015/2024

FOLHAS Nº 003

Visto JP

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

1 - UNIDADE REQUISITANTE (SUPERINTENDENCIA/DIRETORIA/GERENCIA/SETOR)

Ermeson Luna Bonfim (Presidente da Câmara Municipal de Bodoquena)

2 - RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:

Jane Antunes (Agente de Contratação)

3 - EMAIL:

gabinete@camarabodoquena.ms.gov.br

4 - TELEFONE:

(67) 3268 - 1780

4 - Regime da Contratação:

() Lei n.º 8.666/1993 e legislações correlatas

(X) Lei n.º 14.133/2021 e legislações correlatas

(X) Lei Complementar 123/03 e legislação correlata;

5 - Classificação orçamentária do objeto:

() Serviços

(X) Material de consumo

() Material permanente / equipamento

() Outros: _____

6 - Fiscal do Contrato Indicado:

Ronaldo Peixoto Aranda

7 - OBJETO

Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se faz necessária para padronizar a vestimenta dos servidores da Câmara Municipal de Bodoquena, sendo fundamental para a identificação deles. O uso do uniforme

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 004
Visto



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

adequado ao ambiente de trabalho é fundamental para atender e reforçar os cuidados com a segurança e saúde no trabalho. Vale ressaltar, que a necessidade de estar realizando tal procedimento licitatório é de suma importância para cumprir com as obrigações de responsabilidade fiscal e o cumprimento da lei de licitação para adquirir bens e serviços.

9 - QUANTIDADE ESTIMADA MATERIAL/SERVIÇO E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

A especificação técnica do objeto solicitado, e a quantidade indicada para atendimento da necessidade, seguem abaixo:

Grupo	Item	Descrição do Item	Quantidade
1	1	Camisa social feminina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	22
	2	Camisa social masculina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	08
	3	Camiseta polo em malha 67% poliéster e 33% viscose na cor Branca bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	41

10 - CONTRATAÇÕES ANTERIORES

(X) SIM (especificar): _Contrato 010/2023_
() NÃO

11 - OBSERVAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR (se for o caso):

12 - ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

O valor estimado da contratação segue abaixo (valores a serem confirmados na pesquisa de preços final, em momento subsequente):

- Heuris Ferreira de Carvalho: R\$ 5.965,00
- R. T. de Alencar Confecções: R\$ 6.238,00
- Dany Modas e Acessórios Ltda: R\$ 6.702,00



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Programa de Trabalho: 01 – Câmara Municipal de Bodoquena
Ação Orçamentária: 001 – Gabinete do Presidente da Câmara Municipal
Plano Orçamentário: 2001 – Execução das Ações do Poder Legislativo
Fonte: 1.500.0000
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

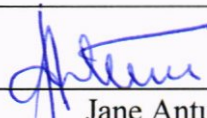
14 - INSTRUMENTO VINCULATIVO E PRAZO DO OBJETO

- () Adesão à Ata de Registro de Preços – (carona)
() Licitação - Ata de Registro de Preços
(X) Licitação - Contrato
() Outro: _____
() 6 meses
() 12 meses
() Outro: _____

15 - DOCUMENTOS ANEXOS A DEMANDA

- () Precificação;
(X) Justificativa da dispensa da aviso prévio – art 75, § 3 da lei 14.133/21;
(X) Demonstrativo de Dotação Orçamentária;
() Proposta de Preços (Inexigibilidade);
(X) Cotação de Preços (Dispensa);
(X) Documentação Empresa/Profissional;
() ARTs / Projetos;
() Relação atualizada de Veículos e respectivos CRLVs;
() Desenho/Designer/Layout;
() Legislação Especial;
() Outros: _____

Em 07/11/2024.


Jane Antunes
Agente de Contratação

Em 07/11/2024.

RECEBO O PRESENTE Documento de Formalização de Demanda e de acordo com a solicitação e documentos anexos, determino a autuação do processo administrativo, e posteriormente:

- () remetam-se para a realização dos **estudos técnicos preliminares** para a análise da viabilidade da contratação.
() autorizo a formalização do relatório de **estudo técnico preliminar simplificado**, por se encontrar dentro dos limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 006
Visto



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- () autorizo a formalização do relatório de **estudo técnico preliminar simplificado**, por se encontrar dentro dos limites dos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal 14.133/2021.
- (X) Dispensar ETP de acordo com o inciso I do Art. 72 da Lei 14133/21 e da Resolução 018/2023.

Ermeson Luna Bonfim
Presidente da Câmara Municipal

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 007



Visto

HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

(67) 99349-6009

Rua Juiz da Costa Leite 1235
CEP 79290-000 - BONITO - MS
CNPJ 35232713/000165



Camisetas



Uniforme Profissional



Camiseta Polo



Camiseta Balke

CLIENTE

07/11/2024

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Requisitante: CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA

CNPJ: 15.465.164/0001-61

Endereço: RUA YOSIO OKANEKO, Nº 632/ CENTRO/ CEP: 79390-000

FONE: 3268-1437/ 3268- 1780

COD.	Quantidade	Descrição do Produto	Unidade de Medida	R\$ Unit.	R\$ Total
	22	Camisa social feminina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	Un.	110,00	2.420,00
	8	Camisa social masculina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	Un.	110,00	880,00
	41	Camiseta polo em malha 67% poliéster e 33% viscose na cor Branca bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	Un.	65,00	2.665,00
				total R\$ 5.965,00	



Documento assinado digitalmente

HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

Data: 07/11/2024 15:33:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HEURIS FERREIRA DE CARVALHO
CNPJ 35 232713/0001-65

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 008
Visto

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 35.232.713/0001-65 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/10/2019
NOME EMPRESARIAL 35.232.713 HEURIS FERREIRA DE CARVALHO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.12-6-03 - Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 73.19-0-02 - Promoção de vendas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO R LUIZ DA COSTA LEITE	NUMERO 1235	COMPLEMENTO CONJ	
CEP 79.290-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BONITO	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO HEURISCARVALHO@GMAIL.COM		TELEFONE (67) 9349-6009	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/11/2024 às 11:12:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



DROP UNIFORMES

RUA DR ARLINDO DE ANDRADE, 364

CABREÚVA

CAMPO GRANDE-MS Cep:79008370

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 001

Visto 8/11

CNPJ: 28.062.056/0001-90

Fone: (67) 99687 5436

E-Mail ...: CONTATO@DROPUNIFORMES.COM.BR

Orçamento

Código: 84 Data: 18/11/2024 Entrega: 18/11/2024 Nr.: 80 Fones: (67) 3268-1437 / /
Cliente: CAMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA Cpf/Cnpj: 15.465.164/0001-61
Rua: RUA YOSSIO OKANEKO, 632 Bairro: CENTRO
Cidade-UF: BODOQUENA - MS Cep: 79390-000 Compl.: ANEXO

Observações: ORÇAMENTO VALIDO 15 DIAS - CAMISA SOCIAL FEMININA MANGA CURTA, COMPOSIÇÃO DO TECIDO NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER 2 33% VISCOSE, COR AZUL ESCURO E BORDADO A LOGO DA CÂMARA, TAMANHO A DEFINIR ---- CAMISA SOCIAL MASCULINA MANGA CURTA COMPOSIÇÃO DO TECIDO NO MÍNIMO 67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE, COR AZUL ESCURO E BORDADO A LOGO DA CÂMARA, TAMANHO A DEFINIR

Código	Descrição do Item	Referência	U.M	Quant	Vr. Unitário	Vr. Total
82	CAMISETE SOCIAL MANGA CURTA U	82	UN	22	115,00	2.530,00
81	CAMISAS SOCIAL MANGA CURTA U	81	UN	8	115,00	920,00
36	CAMISETA POLO MANGA CURTA MALHA FRIA P	36	UN	41	68,00	2.788,00

Parcelas ...: Total Itens ...: R\$6.238,00
Desconto ...: R\$0,00
Total Geral ...: R\$6.238,00

28.062.056/0001-90

RT DE ALENCAR CONFECÇÕES

Rafael Alencar
RAFAEL ALENCAR
Vendedor

Cliente

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 020

Cidadão,

Visto

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 28.062.056/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/06/2017
NOME EMPRESARIAL R.T. DE ALENCAR CONFECÇOES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DROP UNIFORMES			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 14.12-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 74.10-2-99 - atividades de design não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV NOROESTE	NUMERO 956	COMPLEMENTO *****	
CEP 79.008-520	BAIRRO/DISTRITO CABREUVA	MUNICIPIO CAMPO GRANDE	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO DROPIMPRESSOES@GMAIL.COM		TELEFONE (67) 9917-0640	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/06/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/11/2024 às 08:17:10 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

DANY

Modas e Acessórios

Danielle Becker Trindade ME
CNPJ 18.916.284/0001-26 Inscrição 28.391.504-8
Rua Cel Pilad Rebua, 1638 Centro Bonito - MS

BONITO 18/11/2024

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 01

Visto

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Requisitante: CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA

CNPJ: 15.465.164/0001-61

Endereço: RUA YOSIO OKANEKO, Nº 632/ CENTRO/ CEP: 79390-000

FONE: 3268-1437/ 3268- 1780

COD.	Quantidade	Descrição do Produto	Unidade de Medida	R\$ Unit.	R\$ Total
	22	Camisa social feminina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	Un.	125,00	2.750,00
	8	Camisa social masculina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	Un.	125,00	1.000,00
	41	Camiseta polo em malha 67% poliéster e 33% viscose na cor Branca bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	Un.	72,00	2.952,00

TOTAL R\$ 6.702,00

DANIELE BECKER TRINDADE ME
DANY MODAS
CNPJ 18.916.284/0001-26

DANIELE BECKER TRINDADE ME
DANY MODAS
CNPJ 18.916.284/0001-26

Danielle Becker Trindade ME
CNPJ 18.916.284/0001-26

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral


Cidadão,

PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 012

Visto

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.916.284/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/09/2013
NOME EMPRESARIAL DANY MODAS E ACESSORIOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DANY MODAS E ACESSORIOS			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem 47.83-1-02 - Comércio varejista de artigos de relojoaria 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R CEL PILAD REBUA	NÚMERO 1638	COMPLEMENTO *****	
CEP 79.290-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BONITO	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO DANIELEBECKER@HOTMAIL.COM		TELEFONE (67) 3255-3122	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2013	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/11/2024 às 11:01:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Voltar](#) [Criar email](#) [Responder](#) [Responder](#) [Encamin](#) [Excluir](#) [Mover](#) [Imprimir](#) [Arquivo](#) [Marcar](#) [Mais](#)

Caixa de entrada

Rascunhos

Enviados

Spam

Lixeira

Arquivo

Junk

Re: Solicitação de Orçame...

Mensagem 10 de 8976



De **malhasul uniformes unif**
Para **gabinete@camarabodoquena.ms.gov.br**
Data **Qui. 15:34**

Para proteger sua privacidade
recursos remotos foram
bloqueados. [Permitir](#)

Uniformes_bodo... (~1,4 MB)

segue orçamento

Em qui., 7 de nov. de 2024 às 10:04,
malhasul uniformes unif
<malhasul.ms@gmail.com> escreveu:
orçamento malhasul

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 013
Visto SA



Não contém
vírus.www.avast.com

Em qui., 7 de nov. de 2024 às 08:04,
<gabinete@camarabodoquena.ms.gov.br>
escreveu:
Bom dia!!

Segue em anexo solicitação de
orçamento.

Obs: Enviar orçamento no papel
timbrado da empresa.

Qualquer dúvida estou a disposição.

Att,

Silvana Ormundo
Licitação e Contratos

MAPA COMPARATIVO

COTAÇÃO NR.º : 118

FORNECEDOR: 191 - HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

Código	Descrição	Qtde	Vr.Unit	Vr. Total	Vr. Inexequível	Vr. Elevado
621	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA BORDADA - MASC/FEM	30,0000	R\$ 110,000000	R\$ 3.300,00		
295	CAMISETA POLO EM MALHA 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA/PRETA COM BORDADOS NA FRENTE/ MANGAS.	41,0000	R\$ 65,000000	R\$ 2.665,00		

Qtde.....: 2,00
Soma.....: R\$ 5.965,00

FORNECEDOR: 192 - R.T. DE ALENCAR CONFECÇÕES

Código	Descrição	Qtde	Vr.Unit	Vr. Total	Vr. Inexequível	Vr. Elevado
621	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA BORDADA - MASC/FEM	30,0000	R\$ 115,000000	R\$ 3.450,00		
295	CAMISETA POLO EM MALHA 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA/PRETA COM BORDADOS NA FRENTE/ MANGAS.	41,0000	R\$ 68,000000	R\$ 2.788,00		

Qtde.....: 2,00
Soma.....: R\$ 6.238,00

FORNECEDOR: 193 - DANY MODAS E ACESSORIOS LTDA

Código	Descrição	Qtde	Vr.Unit	Vr. Total	Vr. Inexequível	Vr. Elevado
621	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA BORDADA - MASC/FEM	30,0000	R\$ 125,000000	R\$ 3.750,00		
295	CAMISETA POLO EM MALHA 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA/PRETA COM BORDADOS NA FRENTE/ MANGAS.	41,0000	R\$ 72,000000	R\$ 2.952,00		

Qtde.....: 2,00
Soma.....: R\$ 6.702,00



CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
YOSSIO OKANEKO, 632, CENTRO, BODOQUENA/MS

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 015

MAPA APURAÇÃO

Visto

CÓD. COTAÇÃO: 118

COTAÇÃO NR.º : 15/2024

FORNECEDOR: 191 - HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

Código	Descrição	Qtde	Vr.Unit	Vr. Total
621	CAMISA SOCIAL MANGA CURTA BORDADA - MASC/FEM	30,0000	110,000000	R\$ 3.300,00
295	CAMISETA POLO EM MALHA 100% POLIÉSTER NA COR BRANCA/PRETA COM BORDADOS NA FRENTE/ MANGAS.	41,0000	65,000000	R\$ 2.665,00

Qtde.....: 2,00
Soma.....: R\$ 5.965,00

SUBANEXO X

PESQUISA DE PREÇOS COM MAPA COMPARATIVO

UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 015/2024

NÚMERO DA LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 012/2024

FONTES: BANCO DE PREÇOS/ÓRGÃO PESQUISADO/TABELA OFICIAL/MÍDIA ESPECIALIZADA/FORNECEDOR

LOTE¹	ITEM	Heuris Ferreira de Carvalho	R. T. de Alencar Confecções	Dany Modas e Acessórios Ltda	NOME DA FONTE 5	NOME DA FONTE 5	NOME ...	Fórmula matemática adotada
número do lote	Serviços de confecção de uniformes.	R\$ 5.965,00	R\$ 6.238,00	R\$ 6.702,00	valor	valor	valor	R\$ 6.301,67

Todos os valores foram considerados para o cômputo do preço final?		Sim	Não
Houve exclusão dos valores excessivamente elevados e/ou inexequíveis? ³			X

Data: 18/11/2024

Jane Antunes

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 016
Visto

¹ Se Houver. Preencher esta coluna somente quando a licitação for por lote.
² Incluir o nome do método matemático utilizado para a definição do valor estimado (parâmetro de preço). Ex. média aritmética, mediana, etc.
³ Caso a resposta seja "Sim", indicar em **negrito** ou em destaque os valores desconsiderados na tabela principal.

Importante:
Deve ser encaminhado no formato "PDF" toda a Pesquisa de Preço que instruiu o processo na peça denominada "PESQUISA DE PREÇO COM MAPA COMPARATIVO".
Nos casos de contratações públicas (Lei nº 13.303/2016) sob sigilo, basta a indicação do servidor responsável pela pesquisa.
É vedado a inserção de imagem, figuras ou PDF dentro da planilha.



Câmara Municipal de Bodoquena
Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 017
Visto JF

TERMO DE REFERÊNCIA

(Conforme a Lei Federal nº 14.133/21)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 015/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 012/2024

1. OBJETO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Definição/Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:



PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 018

Visto

Câmara Municipal de Bodoquena
Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

Grupo	Item	Descrição do Item	Quantidade
1	1	Camisa social feminina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	22
	2	Camisa social masculina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	08
	3	Camiseta polo em malha 67% poliéster e 33% viscose na cor Branca bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	41
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO			R\$ 6.301,67

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 016/2023.

1.3. Critério de julgamento adotado será “*Por preço Global*”.

1.4. Deverá ser observado o valor máximo aceitável elaborado com base em pesquisa de preços, constante do processo administrativo.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021.

1.6. Poderão ser realizados acréscimo ou supressões nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.



Câmara Municipal de Bodoquena
Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024

FOLHAS Nº 019

Visto 84

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

A contratação para a aquisição, objeto deste Termo de Referência tem amparo legal, integralmente, na **Lei Federal de nº. 14.133, de 2021**.

A presente contratação se faz necessária para padronizar a vestimenta dos servidores da Câmara Municipal de Bodoquena, sendo fundamental para a identificação deles. O uso do uniforme adequado ao ambiente de trabalho é fundamental para atender e reforçar os cuidados com a segurança e saúde no trabalho.

Vale ressaltar, que a necessidade de estar realizando tal procedimento licitatório é de suma importância para cumprir com as obrigações de responsabilidade fiscal e o cumprimento da lei de licitação para adquirir bens e serviços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A presente licitação tem por objetivo a padronização dos servidores desta Casa de Leis. Ademais a espécie da contratação atende a todos os requisitos exigidos na modalidade licitatória, razão pela qual demonstra-se viável a contratação por meio de Dispensa de Licitação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO OU DA FORMA DE FORNECIMENTO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' e "e" da Lei nº 14.133/21)

A contratação deve obedecer aos requisitos abaixo:

4.1. Do prazo para entrega do produto/serviço:

O prazo de entrega dos serviços será de 15 (quinze) dias após solicitação/autorização de fornecimento.

4.2. Da forma de recebimento do bem/serviço:



Câmara Municipal de Bodoquena
Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 020
Visto 84

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Se o tamanho usado pelo servidor for acima ou abaixo dos padrões enviados pela empresa vencedora, deverá ser providenciado padrão especial para o mesmo.

Os uniformes não poderão apresentar costuras tortas ou rompidas; pontos talhos; costuras incompletas, frouxas ou tensionadas; costuras fora da faixa refletiva; com caseados e botões em posicionamento incorreto.

4.3. Do local e horário de entrega/execução:

Os serviços serão executados/entregues no Município de Bodoquena, no Prédio da Câmara Municipal de Bodoquena – MS, situado na Rua Yosio Okaneko, n. 632, bairro Centro, CEP: 79.390-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário de 07h00 às 12h00.

Os itens ofertados deverão estar em total acordo com o constante neste termo de referência.

4.4. Da forma de garantia:

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021

4.5. Dos Custos agregados ao Objeto:

Todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, frete, carga e descarga, alimentação, hospedagem, transporte, tributos, sem qualquer exceção, que incidirem sobre a execução do objeto, correrão por conta exclusiva da empresa vencedora.



Câmara Municipal de Bodoquena
Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 05/2024
FOLHAS Nº 024
Visto [assinatura]

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6. Vigência da Contratação: O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/21)

5.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n. 14.133/21, o objeto deste contrato será recebido:

I - Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações;

II - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, anotando em registro próprio



Câmara Municipal de Bodoquena

Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 022

Visto 

todas as ocorrências relacionadas, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.3. O fiscal de contrato desenvolverá as suas atribuições conforme Portaria nº 017/2023 e a gestão do contrato.

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei n. 14.133/2021)

7.1. O objeto será recebido de forma provisória e definitiva, nos termos estabelecidos no Plano Básico de Fiscalização e a medição da execução da contratação se dará no ato do recebimento do documento fiscal (ou equivalente), devendo o pagamento ocorrer em até **15 (quinze) dias úteis**, contado do último recebimento do objeto, mediante depósito do importe devido na conta movimento de titularidade do contratado, conforme indicado no instrumento contratual ou substitutivo a ser formalizado entre as partes.

7.2. Para a medição do objeto, sendo o caso de cronograma de execução, este será anexo



Câmara Municipal de Bodoquena

Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 023
Visto [assinatura]

ao edital e deverá ser observado no processo de fiscalização.

7.3. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente deverão ser observadas as seguintes informações:

- a) número do contrato ou número do empenho;
- b) número do processo;
- c) número da licitação;

7.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, e será constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.1. Em caso de irregularidade do contratado, será efetuada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sejam sanadas as respectivas pendências ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.4.2. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar à equipe de fiscalização quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, de acordo com a efetiva execução do objeto.



Câmara Municipal de Bodoquena
Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 024
Visto [assinatura]

7.4.4. Persistindo a irregularidade, o contratante adotará as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. A empresa contratada deverá observar a forma de remessa da NF e demais documentos que devem acompanhá-la, no Plano Básico de Fiscalização.

7.6.1. Deverão acompanhar a NF de prestação de serviços, o relatório mensal de prestação de contas e quando for o caso da emissão de várias ordens de serviços emitidas no período, anexar também o relatório de consolidação dos serviços prestados, conforme consta do Plano Básico de Fiscalização.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

8.2. O critério para julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, nos moldes do Art. 33, inciso I, da lei 14.133/2021.

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração solicitará à empresa a apresentação dos seguintes documentos:

8.3.1. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.3.1.1. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



Câmara Municipal de Bodoquena

Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 025
Visto

8.3.1.2. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.1.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.1.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.1.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

8.3.1.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento das inscrições ou tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.3.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.


9. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'i', da Lei n. 14.133/2021)

9.1. O valor total estimado da contratação é R\$ 6.301,67 (seis mil e trezentos e um reais e



Câmara Municipal de Bodoquena

Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 026
Visto 

sessenta e sete centavos), conforme valor unitário referencial discriminado no item 1.2 deste instrumento, que foi apurado pelo em pesquisa de mercado.

9.1.1. No valor apresentado pela empresa participante deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j', da Lei n. 14.133/2021)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

01.031.0101-3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1 Compete à CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- Fiscalizar o fornecimento contratado, na forma prevista na Lei 14.133/2021, no presente termo e no contrato, através do fiscal do contrato, devidamente designado.
- Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/21;
- Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com este termo e/ou em desacordo com as disposições do Termo de Referência.



Câmara Municipal de Bodoquena

Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 027
Visto 8/

- A gestão da contratação será feita pelo Presidente da Câmara Municipal Sr. Ermeson Luna Bonfim, acompanhado da Agente de Contratação Sra. Jane Antunes. Já a Fiscalização do contrato será feita pela Sr. Ronaldo Peixoto Aranda conforme **Portaria nº 017/2023**.

11.2 Compete à CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- Prestar o serviço de acordo com as especificações deste termo, bem como nos termos dispostos no instrumento contratual;
- Responder por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, devidamente comprovados, quando do fornecimento contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo Contratante;
- Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes ao fornecimento contratado e aos documentos de interesse do Contratante;
- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com o disposto no artigo 92, XVI, da Lei nº 14.133/21;
- Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações/ notificações relacionadas com o objeto fornecido.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)



Câmara Municipal de Bodoquena
Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 028
Visto [assinatura]

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa compensatória entre [0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)] do valor do contrato celebrado;



Câmara Municipal de Bodoquena

Mato Grosso do Sul
Gabinete da Presidência

PROCESSO Nº 015/2024

FOLHAS Nº 029

Visto

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. O procedimento, hipóteses de descumprimento e aplicação das sanções seguirá os preceitos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, no percentual de 1% (um por cento) da obrigação não cumprida.

Bodoquena/MS, 18 de novembro de 2024.

JANE ANTUNES
Agente de Contratação



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 030
Visto 8

Câmara Municipal de Bodoquena

Mato Grosso do Sul
Departamento de Pessoal

Protocolo nº.....	RESOLUÇÃO 014/2023	APROVADO <input type="checkbox"/>
Recebido/...../.....		REJEITADO <input type="checkbox"/>
Protocolista		Carimbo da Presidência
AUTOR: Presidência da Câmara Municipal		

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, Vereador Ermeson Luna Bonfim, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com base nas instruções técnicas e jurídicas, e CONSIDERANDO as disposições elencadas na Lei 14.133/2021;

RESOLVE:


Art. 1º. Designar a servidora **Jane Antunes**, para exercer a função de Agente de Contratação.

Art. 2º. As prerrogativas, competências e atribuições do agente de contratação estão definidas, conforme gestão por competência da Lei 14.133/2021.

Art. 3º. O Agente de Contratação poderá ser substituído em suas ausências e impedimentos eventuais, ficando neste caso designado como suplente o servidor **Luis Alves da Silva Filho**.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Bodoquena MS, 29 de Março de 2023.


Ermeson Luna Bonfim

Presidente/CMB

X - Produzir e acompanhar o cronograma de transição do legislativo para a Nova Lei de Licitações;

XI - Demais providências correlatas que forem surgindo a partir do cronograma de transição.

Art. 5º A Comissão tem natureza jurídica típica de comissão, ou seja, com poder decisório, mas, também de grupo técnico, porquanto as atividades inerentes requerem o estudo e debate do tema, bem como a pesquisa e troca de informações com outros entes.

Art. 6º Os integrantes da Comissão através de sua nomeação, declaram ciência expressa das responsabilidades assumidas concomitantemente com as suas atribuições rotineiras, devendo prestigiar a ética e não se distanciar dos princípios constitucionais regentes das contratações públicas, em especial o da legalidade, da eficiência, o da primazia do interesse público e o da razoabilidade, encerrando suas atividades com a entrega de toda documentação padronizada final, cujas premissas e modelos padronizados serão abstraídos de casos práticos para melhor adequação à realidade do legislativo.

Art. 7º A Comissão Especial ora constituída fica autorizada a consultar servidores ou contratados que detenham conhecimentos específicos e possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, bem como, requisitar documentos que entender pertinentes a qualquer setor da estrutura do órgão.

Parágrafo Único. Caso o servidor demandado se recuse a prestar as informações ou oferecer os documentos solicitados pela Comissão ou obstaculize a realização dos trabalhos pertinentes, a chefia imediata deverá ser comunicada para providenciar o atendimento da demanda e apurar a omissão ocorrida.

Art. 8º Os trabalhos da Comissão Especial Para Transição terão vigência de dois anos, a contar da data do presente, podendo ser prorrogado conforme o desenvolvimento dos trabalhos e das tratativas nacionais para o tema.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bodoquena-MS, 29 de Março de 2023.

Ermeson Luna Bonfim

Presidente/CMB

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 031

Visto

Matéria enviada por Leide Acosta Machado

Câmara Municipal de Bodoquena-MS

Resolução nº014/2023

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, Vereador Ermeson Luna Bonfim, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com base nas instruções técnicas e jurídicas, e CONSIDERANDO as disposições elencadas na Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **Jane Antunes**, para exercer a função de Agente de Contratação.

Art. 2º. As prerrogativas, competências e atribuições do agente de contratação estão definidas, conforme gestão por competência da Lei 14.133/2021.

Art. 3º. O Agente de Contratação poderá ser substituído em suas ausências e impedimentos eventuais, ficando neste caso designado como suplente o servidor **Luís Alves da Silva Filho**.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câ. a Municipal de Bodoquena MS, 29 de Março de 2023.

Ermeson Luna Bonfim

Presidente/CMB

Matéria enviada por Leide Acosta Machado

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO **DECRETO Nº 240, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022**

"Republicado por incorreção"

DECRETO Nº 240, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2022

"Institui o calendário de feriados e pontos Facultativos no município de Bodoquena, referente ao exercício de 2023 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 47, caput inciso XXIII, da Lei Orgânica do Município.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica contituido, no âmbito do município de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, o calendário de feriados e pontos facultativos para o exercício de 2023, na forma do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º O Calendário referido no artigo 1º, desde Decreto, poderá sofrer alterações, caso ocorram novas definições relacionadas a feriados.

Art. 3º Os serviços essenciais de saúde, transporte, vigilância, limpeza, manutenção de parques e jardins e outros assim considerados, deverão manter plantões nos dias declarados ponto facultativo, estabelecidos no Anexo Único

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO E GESTÃO
PORTARIA Nº 013/ADM, DE 16 DE JUNHO DE 2023.

"Dispõe sobre a nomeação da comissão permanente de avaliação de imóveis urbanos e rurais do Município e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais do Município, os servidores:

I - **Luiz Alberto Santos Figueiredo**, engenheiro civil, registro CREA nº 1576 D/MT Visto MS 418, portador da cédula de identidade RG nº 001.745.783, inscrito no CPF/MF sob o nº 176.788.621-72;

II - **Dandalo de Souza Maciel**, auxiliar administrativo, portadora da cédula de identidade RG nº 635267 - SSP/MS, inscrita no CPF sob o nº 542.622.401-34

III - **José Carlos Agnelli Filho**, engenheiro civil, registro CREA nº MS 20152 - Registro Nacional Profissional - RNP 1315063603, portador da cédula de identidade RG nº 001.786.038 - SSP/MS, inscrito no CPF/MF sob o nº 040.047.741-60.

Art. 2º Nomear presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais do Município o servidor **Luiz Alberto Santos Figueiredo**.

Art. 3º A comissão tem por finalidade a avaliação de bens imóveis de propriedade do município de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul e de terceiros, para fins de locação, compra e venda, permuta, doação e desapropriação.

Art. 4º Designar o servidor **José Carlos Agnelli Filho** para assinar as guias de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, tributáveis e não tributáveis.

Art. 5º Designar o servidor **José Carlos Agnelli Filho**, engenheiro civil, para assinar as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's, referente aos recolhimentos mensais de ITBI.

Art. 6º Considerando que as avaliações, arbitramentos, vistorias e perícias são atribuições privativas de profissionais inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, os membros da comissão que não detêm competência para a realização dos referidos trabalhos, somente estarão incumbidos de auxiliar o profissional com o fornecimento de subsídios para as peças e/ou documentos a serem elaborados.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Bodoquena/MS, aos 16 de Junho de 2023.

KAZUTO HORII

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 032

Matéria enviada por Visto Gleicieli Carneiro de Souza

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS**Portaria DGP/Nº. 461/2023 (Republicada por incorreção)**

O Prefeito Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 47 Inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nos termos do laudo médico pericial, procede a **Readaptação por 120 (cento e vinte) dias** da servidora Marina Pinto dos Santos Caetano, Matrícula nº1293/1, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Gari, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, no mesmo cargo com restrições de esforço físico pesado, agachamento, macro-traumas, levantamento ou carregamento de cargas e exposição a longas jornadas de trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos a 09/05/2023.

Bodoquena-MS, 11 de maio de 2023.

Kazuto Horii

Prefeito Municipal

Matéria enviada por LEIDYANY MACHADO FERRACINI

Câmara Municipal de Bodoquena-MS**Resolução nº018/2023**

licitação presencial, de que trata a Lei Federal n.

"Regulamenta a contratação direta por dispensa de 14.133/2021, no âmbito da Câmara Municipal de Bodoquena e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, Vereador **Ermeson Luna Bonfim** no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei.

Resolve:

Art.º. Esta Resolução dispõe sobre o processo de contratação direta na modalidade de dispensa de licitação, de que

trata os arts. 72 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, além de regulamentar os procedimentos internos desta Casa de Leis.

Parágrafo único. O disposto nesta Resolução abrange todos os órgãos e setores do Poder Legislativo do Município de Bodoquena e aplicar-se-á, no que couber, às contratações diretas de bens, obras e serviços de engenharia, bem como no caso de outros serviços e compras.

Art. 2º. A dispensa de licitação deverá ser adotada nas seguintes hipóteses:

I - Contratação de obras e serviços de engenharia ou serviços de manutenção de veículos automotores no limite previsto no inciso I do caput art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021;

II - Contratação de bens e serviços no limite previsto no inciso II do caput art. 75 da Lei Federal n. 14.133/2021;

III - Aquisição de bens e contratações de obras e serviços, incluídos os de engenharia, quando mantida todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação:

a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas;

b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

IV - Para contratações que tenham por objeto:

a) bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

§1º. Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II deste artigo, deverá ser observado o somatório do que for despendido no exercício financeiro com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade;

§2º. Consideram-se objetos da mesma natureza aqueles que guardam semelhanças entre si e que visam aos mesmos propósitos;

§3º. O disposto no §1º deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão, incluindo o fornecimento de peças;

Art. 3º. O procedimento de dispensa de licitação será instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, de estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - Estimativa de despesa, calculado consoante legislação;

III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - Aviso da intenção da contratação em sítio eletrônico oficial, conforme delineado no Art. 9º desta Resolução e art. 75, §3º da Lei n. 14.133/2021.

VI - Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VII - Razão da escolha do contratado;

VIII - Justificativa do preço, se for o caso;

IX - Autorização da autoridade competente.

§1º. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do órgão

§2º. Não é obrigatória a manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor, com fundamento no art. 2º, incisos I e II desta Resolução, salvo se houver a celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação.

Art. 4º. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) será facultativa nos seguintes casos:

I - Quando o valor de dispensa for inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

II - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos;

§1º. Nos demais casos de contratação direta, caberá à autoridade competente a decisão sobre a dispensa do estudo técnico preliminar, bem como acerca da dispensa de análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou executivo;

Art. 5º. Nos casos de contratação de obras e serviços comuns de engenharia, demonstrada a inexistência de prejuízo para aferição dos padrões de desempenho e qualidade pretendidos, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração dos demais projetos.

Art. 6º. Para fins de determinação do preço estimado na contratação direta objeto desta Resolução, para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, será realizada pesquisa de preços mediante a utilização dos seguintes parâmetros, de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no Pannel de Preços do Governo Federal, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública ou outros entes públicos, em execução ou concluídos no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data

e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Publicação de intenção de pesquisa de preço para obtenção de cotações;

§1º . Para obtenção do preço de referência da contratação, será utilizada a média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais orçamentos, oriundos de um ou mais dos parâmetros indicados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados;

§2º . Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.

§3º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação, com vistas a melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§4º. Excepcionalmente, mediante justificativa, será admitida a pesquisa com menos de 3 (três) preços ou fornecedores.

§5º . Será obrigatória a realização de mapa comparativo de preços, consoante determinação contida no Manual de Peças Obrigatórias do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 7º . No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi) para as obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Art. 8º . Quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no art. 6º, a justificativa de preços será dada com base em valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Parágrafo único . Excepcionalmente, caso a futura contratada não tenha comercializado o objeto anteriormente, a justificativa de preço de que trata o parágrafo anterior poderá ser realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

Art. 9º . As contratações de que tratam os incisos I e II do artigo 2º desta Resolução, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

§1º. O prazo fixado para recebimento de propostas não poderá ser inferior a 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da divulgação do aviso.

§2º. A Câmara Municipal deverá indicar endereço eletrônico para que o interessado encaminhe a proposta adicional.

§3º . A Administração Pública goza de discricionariedade para a escolha do futuro contratado, desde que de maneira motivada e que o preço seja compatível com o mercado.

Art. 10 . Os requisitos de habilitação do contratado limitar-se-ão a qualificação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos artigos 63 a 69, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§1º. Na hipótese de dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 2º desta Resolução, a documentação de habilitação do futuro contratado será verificada mediante a entrega dos documentos ou mediante a análise no SICAF, sistema próprio deste órgão ou através de Registro Cadastral, regulamentado no art. 87 da Lei n. 14.133/2021.

§2º. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no § 1º, ou de documentos não constantes do Sicafe, o órgão ou entidade deverá solicitar ao vencedor, no prazo definido no edital, o envio desses por meio do sistema.

§3º. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, e nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa

PROCESSO Nº 015/2024

FOLHAS Nº 034

de licitação para compras em geral, somente será exigida das pessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

Art. 11. Após a escolha do fornecedor e sua devida habilitação, o processo será encaminhada à autoridade competente para autorização da contratação direta.

§1º. Será facultado o instrumento de contrato nos casos da dispensa em razão do valor, previstas nos incisos I e II do art. 2º desta Resolução, bem como nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.

§2º. O extrato do contrato, quando for o caso, deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até 10 (dez) dias úteis, contados da sua assinatura, além de disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Bodoquena.

§3º. Enquanto o PNCP não estiver em funcionamento, manter-se-á a obrigação de divulgação no sítio eletrônico da Câmara Municipal em até 30 (trinta) dias úteis.

§4º. Quando não for utilizado o instrumento de contrato, a Câmara Municipal deverá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Art. 12. Quando for o caso de elaboração do parecer jurídico e em atenção ao disposto no §2º do art. 3º desta Resolução, o órgão de assessoramento jurídico da Câmara Municipal de Bodoquena deverá:

I – apreciar a contratação direta conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II – redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Art. 13. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Câmara Municipal, deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

Parágrafo único. A Câmara Municipal de Bodoquena definirá, em regulamento próprio e específico, os limites para enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.

Art. 14. O setor de administração e compras da Câmara de Vereadores de Bodoquena poderá:

I – formalizar sugestões e normas complementares necessárias para a execução e melhoria desta Resolução;

II – estabelecer, por meio de orientações e manuais, informações adicionais para fins de aproveitamento deste regulamento;

Art. 15. A Câmara Municipal de Bodoquena poderá editar normativos complementares ao disposto nesta Resolução, inclusive modelos de documentos necessários à contratação.

Art. 16. Os casos omissos decorrência desta Resolução serão dirimidos pelas regras da Lei n. 14.133/2021.

Art. 17. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Bodoquena MS. 13 de Junho de 2.023.

Ermeson Luna Bonfim (Garrucha)

Presidente/CMB

PROCESSO Nº 015 / 2023
FOLHAS Nº 035
Materia enviada por Leide Acosta Machado
Visto

Câmara Municipal de Bodoquena

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2023

Partes: Câmara Municipal de Bodoquena/MS – Contratante.

Anderson Nils Lopes – Contratada.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção predial, sob demanda e com fornecimento de materiais/insumos e mão de obra para atender as necessidades da Câmara Municipal de Bodoquena/MS.

PROCESSO Nº: 011/2023

Vigência–12 (doze) meses

Valor Estimado do Contrato:R\$13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Dotação Orçamentária: 01.031.0101-3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Bodoquena - MS, 16 de junho de 2023.

Homologo e Ratifico, ficando adjudicado o resultado proferido pela Comissão Permanente de Licitação.

Materia enviada por Luis Alves da Silva Filho.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE

Processo Administrativo nº 015/2024

Dispensa de Licitação nº 012/2024

Unidade Requisitante: Câmara Municipal de Bodoquena/MS

PROCESSO Nº 015 / 2024

FOLHAS Nº 036

Visto 

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

AUTORIZO a Dispensa de Licitação epigrafada, materializada no Termo de Referência e demais documentos dos autos, para contratação da empresa *HEURIS FERREIRA DE CARVALHO*, inscrita no CNPJ. nº 35.232.713/0001-65 no valor de R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais) durante o período de 30 (trinta) dias.

Considerando o fundamento legal Art. 75, § 3º da Lei 14.133 de 02 de abril de 2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Bodoquena – MS, 18 de novembro de 2024.



ERMESON LUNA BONFIM
Presidente do Legislativo



PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 037
Visto

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

SOLICITAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

AO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Senhora Contadora,

Considerando as disposições contidas na Lei nº. 14.133/21, e posteriores alterações, solicitamos a verificação e especificação das dotações orçamentárias disponíveis para o seguinte objeto.

OBJETO

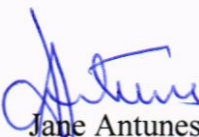
Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Dotação Orçamentária:

01.031.0101.3-3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

O valor necessário estimado para a referida contratação é de R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais).

Bodoquena - MS, 19 de novembro de 2024.


Jane Antunes
Agente de Contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 038
Visto ✓

Atendendo a solicitação, informo que a presente despesa tem suporte orçamentário para efetivação do seguinte objeto:

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

01.031.0101.3-3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

Bodoquena - MS, 20 de novembro de 2024.

FLÁVIA FIGUEIREDO DA SILVA

Contadora

CRC/MS Nº CRC nº. 8413/O-0



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 039
Visto

JUSTIFICATIVA DA NÃO NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO NO PNCP E
DISPENSA DO § 3º DO ART. 75 DA LEI 14.133/21

A justificativa para a devida contratação deve-se do objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência. A contratação direta se justifica no presente caso, pois se conjuga a necessidade de celeridade na contratação devido DISPENSAR a licitação conforme a Lei 14.133/2021 e § 2º do art. 14º do RESOLUÇÃO nº 018/2023 de 19 de junho de 2023.

A lei trouxe no seu art. 75, § 3º facultativo a publicação de 03 (três) dias, caso contrário, teria o legislador invés de preferencialmente, obrigatoriamente ou dever, pois bem, no nosso entendimento e de corrente jurídica nacional, que cabe a autoridade e/ou agente de contratação decidir se há ou não necessidade de publicação para colher novas propostas na dispensa, ou seja, propostas adicionais como diz o § 3º do art. 75 abaixo.

E na NLL traz no seu corpo:

Art. 75. É dispensável a licitação:

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão ***preferencialmente*** precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter ***propostas adicionais*** de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Destaco o Livro Lei 14.133/2021 – Visão crítica – Comentada do autor Ivan Barbosa Rigolin que diz:

“O § 3º é o mesmo que nada em direito, uma vez que expressa apenas uma preferência do legislador – e provavelmente apenas dele, sem eco em autoridade nenhuma da República, que tem qualquer dispositivo de lei que indique “preferencialmente” ou “recomendavelmente”, porque lei



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 040

Visto

apenas serve para alterar o direito e não para aconselhar ou para recomendar”

Assim, justificamos a **não** publicação da dispensa nº. 012/2024 no PNCP por sermos município menor de 20 mil hab. conforme art. 176 da Lei 14.133/21, trata – se de uma dispensa presencial e com fomento ao comércio local, adequada aos objetivos almejados pela Câmara Municipal, tendo cotações com preços dentro do mercado.

O que diz o Art. 176:

Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos requisitos estabelecidos no art. 7º e no caput do art. 8º desta Lei;

II - da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica a que se refere o § 2º do art. 17 desta Lei;

III - das regras relativas à divulgação em sítio eletrônico oficial.

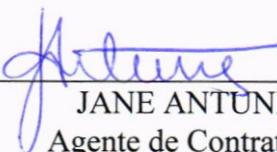
Parágrafo único. Enquanto não adotarem o PNCP, os Municípios a que se refere o caput deste artigo deverão:

I - publicar, em diário oficial, as informações que esta Lei exige que sejam divulgadas em sítio eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato;

II - disponibilizar a versão física dos documentos em suas repartições, vedada a cobrança de qualquer valor, salvo o referente ao fornecimento de edital ou de cópia de documento, que não será superior ao custo de sua reprodução gráfica.

Assim, justificamos nossa contratação e não publicação do aviso de dispensa.

Bodoquena – MS, 20 de novembro de 2024.


JANE ANTUNES
Agente de Contratação



PROCESSO Nº 045/2024
FOLHAS Nº 041
Visto

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS MOLDES DA LEI 14.133/2021.

1. OBJETO:

Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA:

O procedimento licitatório/dispensa obedecerá às disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021 e da legislação correlata e demais exigências pertinentes.

Prevê a nova Lei de Licitações:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...);

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

O decreto nº 11.871/2023, atualiza o valor estabelecido no inc. II, do art. 75, ficando o limite para dispensa de licitação, em R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

Assim, sendo a presente contratação poderá ser formalizada via dispensa de licitação, na conformidade com o dispositivo acima transcrito, uma vez que a pesquisa preliminar de preços realizada constatou valor inferior ao referido no disposto do inciso do artigo supracitado.

A presente contratação se faz necessária para padronizar a vestimenta dos servidores da Câmara Municipal de Bodoquena, sendo fundamental para a identificação deles. O uso do uniforme adequado ao ambiente de trabalho é fundamental para atender e reforçar os cuidados com a segurança e saúde no trabalho.



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 042
Visto

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Vale ressaltar, que a necessidade de estar realizando tal procedimento licitatório é de suma importância para cumprir com as obrigações de responsabilidade fiscal e o cumprimento da lei de licitação para adquirir bens e serviços.

A contratação do objeto será realizada através de licitação na modalidade Dispensa de licitação instituída contratação direta terá fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 com o valor de: R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais).**

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO:

Grupo	Item	Descrição do Item	Quantidade
1	1	Camisa social feminina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	22
	2	Camisa social masculina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	08
	3	Camiseta polo em malha 67% poliéster e 33% viscose na cor Branca bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	41

Bodoquena - MS, 21 de novembro de 2024.

Jane Antunes
Agente de Contratação



PROCESSO Nº 015.0024
FOLHAS Nº 043
Visto

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DO FORNECEDOR

Em cumprimento às determinações do Artigo 75, § III da Lei 14.133/21 venho apresentar os estudos e levantamentos feitos, no sentido de justificar a elaboração de processo de dispensa de licitação, a razão da escolha do fornecedor e o preço.

O objeto trata-se Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

A contratação do serviço descrito no presente termo de referência tem por objetivo padronizar a vestimenta dos servidores da Câmara Municipal de Bodoquena, sendo fundamental para a identificação deles. O uso do uniforme adequado ao ambiente de trabalho é fundamental para atender e reforçar os cuidados com a segurança e saúde no trabalho.

O preço estimado da contratação foi obtido através de Mapa Comparativo de Preços, levando-se em consideração as pesquisas junto ao mercado, conforme cotações encaminhada por empresas desse ramo de atividade, tendo-se como valor total estimado, após cálculo da média a importância de R\$ 6.301,67 (seis mil e trezentos e um reais e sessenta e sete centavos), porém sem lograr êxito com demais cotações, optou-se pela proposta de melhor preço e mais vantajoso para câmara, levando em consideração o critério de menor preço global, a proposta da empresa: HEURIS FERREIRA DE CARVALHO, inscrita no CNPJ nº 35.232.713/0001-65, no qual apresentou a proposta mais vantajosa, no valor de R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais) ficando está vinculada à verificação do critério do menor valor global. Segue abaixo tabela comparativa das demais empresas participantes, com os valores acima da empresa com menor preço.

EMPRESA	VALOR DA PROPOSTA
Heuris Ferreira de Carvalho	R\$ 5.965,00
R. T. de Alencar Confecções	R\$ 6.238,00
Dany Modas e Acessórios Ltda	R\$ 6.702,00

Foram trazidos aos autos do procedimento, 03 (três) Cotações, no qual deverá ser feita pesquisa complementar dos valores de mercado pelo departamento de compras deste município.

A empresa HEURIS FERREIRA DE CARVALHO, inscrita no CNPJ: 35.232.713/0001-65, foi a que ofertou menor valor global dos produtos.

Dito isto, entendemos estar justificada a aquisição e ainda por estarem preenchidos os requisitos necessários de caracterização desta modalidade que são:

- (I) a ocorrência da situação de necessidade;
- (II) a necessidade de pronto atendimento;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- (III) a existência de risco à segurança das pessoas, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- (IV) **Fomento ao comércio local;**

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 044
Visto H

Bodoquena/MS, 21 de novembro de 2024.

JANE ANTUNES
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

PROCESSO Nº 015 2024

FOLHAS Nº 045

Visto



Empresário(a)

Nome Civil

HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

CPF

205.960.918-69

CNPJ

35.232.713/0001-65

Data de Abertura

18/10/2019

Nome Empresarial

35.232.713 HEURIS FERREIRA DE CARVALHO

Capital Social

45.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

18/10/2019

Endereço Comercial

CEP

79290-000

Logradouro

RUA LUIZ DA COSTA LEITE

Número

1235

Complemento

CONJ

Bairro

CENTRO

Município

BONITO

UF

MS

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período

1º período

Início

18/10/2019

Fim

-

Atividades

Forma de Atuação

Estabelecimento fixo, Internet, Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes, Televenda

Ocupação Principal

Comerciante independente de artigos do vestuário e acessórios

Atividade Principal (CNAE)

4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

Ocupações SecundáriasFabricante de partes de peças do vestuário -
facção, independente

Promotor(a) de vendas, independente

Atividades Secundárias (CNAE)

1412-6/03 - Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas

7319-0/02 - Promoção de vendas

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

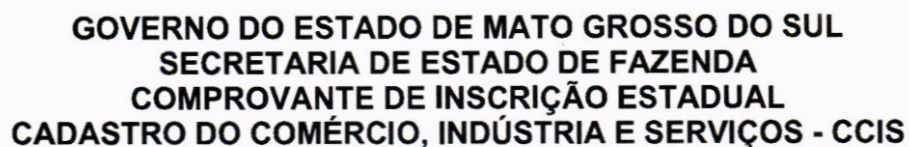
* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <https://mei.receita.economia.gov.br/certificado>. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 046

Visto SP



PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 047

Visto

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 048



PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO
PREF. MUNIC. DE BONITO

RUA CORONEL PILÃO REBUÁ, 1780 - CENTRO - BONITO

CNPJ: 03.073.673/0001-60



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO
DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro

000025801

Contribuinte

HEURIS FERREIRA DE CARVALHO (205.960.918-69)

Logradouro

Rua Luiz da Costa Leite

Bairro

CENTRO

Cidade

BONITO

CPF/CNPJ

35.232.713/0001-65

Número Complemento

1235

CEP

79290000

UF

MS

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, NÃO POSSUI DÍVIDA VENCIDA E SIM A VENCER com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente aos Tributos Municipais. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Emitida às 09:32:19 do dia 31/10/2024

Válida até 30/11/2024

Código de Controle da Certidão/Número 7BCBBD468C333198

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

PROCESSO Nº 015.824
FOLHAS Nº 049
Visto

CERTIDÃO ESTADUAL
FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E
EXTRAJUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 8506098

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis, na base de dados do sistema de automação da justiça do Estado de Mato Grosso do Sul até a data de 20/11/2024, verifiquei NADA CONSTAR contra:

HEURIS FEREIRA DE CARVALHO, portador do CNPJ: 35.232.713/0001-65. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados que serviram de parâmetros para a realização da busca, para fins de expedição desta certidão, foram inseridos pelo usuário e suas conferências compete ao interessado/destinatário.
- b) A confirmação da autenticidade deste documento poderá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, no endereço eletrônico: www.tjms.jus.br, disponível no menu e-Saj, utilizando-se o número do pedido e o número da Certidão.

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Bonito, quinta-feira, 21 de novembro de 2024.

PEDIDO Nº:

0009092344





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 050

Visto

[Assinatura]

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: 35.232.713 HEURIS FERREIRA DE CARVALHO
CNPJ: 35.232.713/0001-65

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:10:58 do dia 22/07/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/01/2025.

Código de controle da certidão: **5CF3.0C6E.E603.E926**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHOPROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 051

Visto

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 35.232.713 HEURIS FERREIRA DE CARVALHO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 35.232.713/0001-65

Certidão nº: 57119256/2024

Expedição: 20/08/2024, às 11:12:37

Validade: 16/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **35.232.713 HEURIS FERREIRA DE CARVALHO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **35.232.713/0001-65**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 052

Visto

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 35.232.713/0001-65
Razão Social: HEURIS FERREIRA DE CARVALHO 20596091869
Endereço: RUA LUIZ DA COSTA LEITE 1235 / CENTRO / BONITO / MS / 79290-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/11/2024 a 11/12/2024

Certificação Número: 2024111303045451040784

Informação obtida em 21/11/2024 08:58:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 053

Visto HA

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 012/2024.
Processo Adm. Nº 015/2024.

O Presidente, Sr. Ermeson Luna Bonfim, no uso de suas atribuições legais e estando em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nº 012/2024, considerando ainda o parecer favorável da Procuradoria Jurídica e a existência de dotação orçamentária.

Contratada: HEURIS FERREIRA DE CARVALHO – CNPJ: 35.232.713/0001-65.

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.


Fundamentação Legal: Inciso I do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, de 02 de abril de 2021, considerando suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Valor: R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais).

Em cumprimento ao disposto no Art. 75, § 3º da Lei 14133/2021, determino a publicação no Diário Oficial do Município, para que produza os efeitos legais.

Publique-se e Cumpra-se

Bodoquena/MS, 21 de novembro de 2024.


Ermeson Luna Bonfim
Presidente Câmara Municipal

KAZUTO HORII

Prefeito Municipal

Matéria enviada por Gleicieli Carneiro de Souza

PROCESSO Nº 015/2024
HAS Nº 054

Câmara Municipal de Bodoquena

Visto

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 012/2024

Dispensa de Licitação Nº 012/2024.

Processo Adm. Nº 015/2024.

O Presidente, Sr. Ermeson Luna Bonfim, no uso de suas atribuições legais e estando em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nº 012/2024, considerando ainda o parecer favorável da Procuradoria Jurídica e a existência de dotação orçamentária.

Contratada: HEURIS FERREIRA DE CARVALHO – CNPJ: 35.232.713/0001-65.**Objeto:** Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.**Fundamentação Legal:** Inciso I do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/21, de 02 de abril de 2021, considerando suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.**Valor:** R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais).

Bodoquena - MS, 21 de novembro de 2024.

Matéria enviada por Luis Alves da Silva Filho.

Extrato Da Nota do Empenho Processo Administrativo Nº 200/2024

Dispensa Nº 135/2024

Nota do Empenho referente ao processo administrativo 200/2024, que fazem entre si a Prefeitura Municipal De Bodoquena, por intermédio da Fundo Municipal De Saúde e a empresa Souza Med Comercio de Materiais Medico Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ nº 28.546.470/0001-74. Objeto: O objeto do presente instrumento é a aquisição de insumos de ordem judicial para atender as demandas da Secretaria da Saúde. Vigência: A contratação se inicia no dia da assinatura da Nota do Empenho e termina no dia 31 de dezembro de 2024. Valor: O valor total da contratação é de R\$ 11.028,00 (onze mil e vinte e oito reais). Leandro de Lima Carvalho - Secretário Municipal de Saúde - Contratante e Souza Med Comercio de Materiais Medico Hospitalar Ltda – Contratada. Bodoquena – MS, 21 de novembro de 2024.

Matéria enviada por Mariana da Silva Oliveira

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

Portaria DGP/Nº 488/2024

O Prefeito Municipal de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 47, XXIII, c.c. o art. 65, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º- Exonerar a servidora **Daiane da Silva Pinotti**, matrícula nº 1893/2, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Unidade Básica, símbolo DAS-5, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 13 de novembro de 2024.

Bodoquena-MS, 20 de novembro de 2024.

Kazuto Horii

Prefeito Municipal

Matéria enviada por LUCIANA DE JESUS OLIVEIRA DELGADO

Prefeitura Municipal de Bodoquena- Setor Contratos

PORTARIA Nº. 156, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2024.

"NOMEIA GESTOR E FISCAL DE CONTRATO, DO MUNICÍPIO DE BODOQUENA-MS, NO ÂMBITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BODOQUENA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores titulares e suplentes abaixo relacionados para as funções de gestor e fiscal do contrato nº 185/2024, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos especializados para as atividades contábeis institucionais, apoio na prestação de contas dos projetos e produção de documentos contábeis para atender a necessidade da Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Bodoquena – Bodoprev.

	Servidor	Matrícula
Fiscal de contrato - Titular	Darci Araujo dos Santos	5662
Gestor de contrato - Titular	Adeline Caetano da Silva Correa	9951



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 055
Visto /

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

CONTRATO Nº 015/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2024

Contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Bodoquena/MS e a empresa Heuris Ferreira de Carvalho.

Por este instrumento, de um lado, **CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA-MS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 15.465.164/0001-61, com sede à Rua Yosio Okaneko, 632 – Centro, na cidade de Bodoquena/MS, neste ato representada pelo Presidente, **Ermeson Luna Bonfim**, brasileiro, presidente da Câmara Municipal, casado, inscrito no RG sob o nº 001.453.949 SSP/MS e portador do CPF nº 023.521.031-50, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **HEURIS FERREIRA DE CARVALHO**, estabelecida na Rua Luiz da Costa Leite, nº 1235, CEP 79290-000 – Centro, Bonito/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 35.232.713/0001-65, representada neste ato pela Sra. **Heuris Ferreira de Carvalho**, brasileira, portador do RG n. 29710798-7– SSP/SP, inscrita no CPF sob o n. 205.960.918-69, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente Contrato, mediante às disposições da Lei nº 14.133/21, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente por força do presente instrumento e em conformidade com os termos do Processo Administrativo nº 015/2024, Dispensa de Licitação nº 012/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Especificação da Contratação:

Grupo	Item	Descrição do Item	Quantidade
1	1	Camisa social feminina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	22

PROCESSO Nº 015/2024FOLHAS Nº 056Visto 24

**CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

2	Camisa social masculina manga curta, composição do tecido no mínimo 67% poliéster e 33% viscose, cor azul escuro e bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	08
3	Camiseta polo em malha 67% poliéster e 33% viscose na cor Branca bordado a logo da Câmara, tamanho a definir.	41
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO		R\$ 5.965,00

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que se embasou a contratação e eventuais anexos;

1.3.2. Autorização de Contratação;

1.4. O regime de execução é o de Menor Preço Global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) dias contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser aditado ou prorrogado em conformidade com a Lei Federal 14.133/21.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o *CONTRATADO*.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA: PAGAMENTO (art. 92, V e VI)



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 057

Visto [assinatura]

**CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

5.1. Preço:

5.1.1. O valor global do presente Contrato para a vigência inicial importa em **R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais)**.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. Os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta bancária ou diretamente ao credor, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente, sendo:

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Prazo de Pagamento:

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão *CONTRATANTE* atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. O pagamento será efetuado pelo *CONTRATANTE*, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após "atesto" do representante da Câmara Municipal de Bodoquena-MS na Nota Fiscal apresentada pela *CONTRATADA*, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.

5.4. Condições de Pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.



PROCESSO Nº 015 / 2024

FOLHAS Nº 058

Visto

**CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

5.4.2. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.4. Para fins de pagamento, anexos à nota fiscal/fatura, deverão ser entregues certificados de regularidade fiscal, tais como:

- a) Certidão negativa conjunta de débitos relativos aos tributos Federais e à dívida ativa da União;
- b) Certidão negativa de débitos tributários. Estadual;
- c) Certidão negativa de débitos tributários Municipal;
- d) Certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;

6. CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. O *CONTRATANTE* deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

6.2. Caso o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.4. O reajuste será realizado por *APOSTILAMENTO* ou *TERMO ADITIVO*.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 059
Visto 8/

**CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

7.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras a serem previstas no contrato, as seguintes:

- Fiscalizar o fornecimento contratado, na forma prevista na Lei 14.133/2021, no presente termo e no contrato, através do fiscal do contrato, devidamente designado.
- Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do artigo 117, § 1º, da Lei 14.133/21;
- Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com este termo e/ou em desacordo com as disposições do Termo de Referência.
- A gestão da contratação será feita pelo Presidente da Câmara Municipal Sr. Ermeson Luna Bonfim, acompanhado da Agente de Contratação Sra. Jane Antunes. Já a Fiscalização do contrato será feita pela Sr. Ronaldo Peixoto Aranda conforme **Portaria nº 017/2023**.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, sem prejuízo de outras a serem previstas no contrato, as seguintes:

- Prestar o serviço de acordo com as especificações deste termo, bem como nos termos dispostos no instrumento contratual;
- Responder por danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, devidamente comprovados, quando do fornecimento contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo Contratante;
- Atender prontamente as solicitações que se fizerem necessárias referentes ao fornecimento contratado e aos documentos de interesse do Contratante;
- Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em consonância com o disposto no artigo 92, XVI, da Lei nº 14.133/21;
- Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente às eventuais reclamações/ notificações relacionadas com o objeto fornecido.

9. CLÁUSULA NONA: GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)



PROCESSO Nº 015 / 2024

FOLHAS Nº 060

Visto

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. A LICITANTE ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Der causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, do Estado, do DF e Municípios, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei), e

10.2.4. Multa:



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 061
Visto [assinatura]

**CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

10.2.4.1. *Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 1% (um por cento) até 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.*

10.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.2.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

10.2.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

11.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 062
Visto 8/

**CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

11.4.3. Indenizações e multas

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Bodoquena-MS, na dotação orçamentaria abaixo discriminada:

01.031.0101-3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo *CONTRATANTE*, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à *CONTRATANTE* providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO (art. 92, §1º)


16.1. As partes elegem o Foro desta Comarca de Miranda-MS, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme a Lei nº 14.133/21.



PROCESSO Nº 015 / 2024
FOLHAS Nº 063
Visto 8/

**CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Bodoquena/MS, 25 de novembro de 2024.



ERMESON LUNA BONFIM
Presidente da Câmara Municipal
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
gov.br HEURIS FERREIRA DE CARVALHO
Data: 22/11/2024 09:22:03 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


HEURIS FERREIRA DE CARVALHO
CNPJ: 35.232.713/0001-65
CONTRATADA

Testemunhas:

1.


JANE ANTUNES
Agente de Contratação
Resolução nº 014/2023

2.


RONALDO PEIXOTO ARANDA
Fiscal de Contrato
Portaria nº 017/2023



PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 064
Visto sf

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA/MS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA/MS.

CONTRATADA: HEURIS FERREIRA DE CARVALHO – CNPJ: 35.232.713/0001-65

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR: R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

PUBLICAÇÃO POR AFIXAÇÃO NO MURAL

Nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 02/4/2021, a Câmara Municipal de Bodoquena/MS, **TORNA PÚBLICO** o presente ato, e **CERTIFICA** que este documento foi afixado no **QUADRO MURAL** desta **ENTIDADE PÚBLICA**, para que seja dado o fiel cumprimento e reprodução de seus efeitos legais.

Bodoquena – MS, 27 de novembro de 2024.

ERMESON LUNA BONFIM
Presidente da Câmara Municipal

(g) Citar outras obrigações conforme cada caso (termo de referência)

14. Obrigações da contratante

- (a) Fornecer informações necessárias à execução dos serviços, proporcionando as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir o objeto em contratação;
- (b) Notificar a contratada sobre irregularidades observadas nos serviços visando à imediata adoção das providências;
- (c) Indicar o fiscal do contrato, o qual acompanhará o perfeito cumprimento do objeto;
- (d) Atestar os serviços desde que tenham sido entregues conforme estipulado na nota de empenho, encaminhando as notas fiscais/faturas devidamente atestadas para pagamento no prazo determinado.
- (e) Citar outras obrigações conforme cada caso (termo de referência)

15. Disposições finais

Integram-se ao anexo de nota de empenho, a proposta apresentada pela contratada, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, independente de transcrição.


16. Do foro: Com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, fica eleito o foro da Comarca de Miranda-MS, para processar e julgar quaisquer litígios que decorrerem da execução do presente e que não possam ser dirimidas administrativamente.

NOME COMPLETO

Responsável Legal da CONTRATANTE

Matéria enviada por Emanuel Lima Duarte

Câmara Municipal de Bodoquena
EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2024

PROCESSO Nº 015/2024
FOLHAS Nº 065
Visto 

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA/MS.

CONTRATADA: HEURIS FERREIRA DE CARVALHO – CNPJ: 35.232.713/0001-65.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de uniformes para os servidores da Câmara Municipal de Bodoquena/MS, conforme quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR: R\$ 5.965,00 (cinco mil e novecentos e sessenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

BASE LEGAL: LEI FEDERAL 14.133/21 E POSTERIORES ALTERAÇÕES.

ASSINAM:

Ermeson Luna Bonfim - **CONTRATANTE**

Heuris Ferreira de Carvalho - **CONTRATADA.**

Bodoquena – MS, 02 de dezembro de 2024.

Matéria enviada por Luis Alves da Silva Filho.

Câmara Municipal de Bodoquena
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 017/2024

DISPENSA Nº 014/2024

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

A Câmara Municipal de Bodoquena/MS, em conformidade com Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 torna público aos interessados que pretende realizar **Contratação de empresa para Locação de Software para Digitalização de documentos, indexação e arquivamento, filtros para pesquisa por ordem pagamento, empenho, fornecedor para realização da execução financeira dos contratos, sistema deverá ser totalmente web, conversão em PDF pesquisável OCR, sem limite de páginas por mês, com fornecimento de 1(um) aparelho scanner e mão de obra, contendo assinatura digital por um período de 06 (seis) meses, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência.**, podendo eventuais interessados apresentar Propostas de Preços e documentos exigidos abaixo, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, a contar da data desta publicação, oportunidade em que a Câmara Municipal escolherá a mais vantajosa.

Data limite para apresentação de proposta de preços e documentos: **09/11/2024**

Critério de Julgamento: **Menor Preço Global**

Endereço para entrega da proposta de preços e dos documentos: As proposta e envios de documentos serão recebidos por e-mail gabinete@camarabodoquena.ms.gov.br até às 11h59min (MS) do dia 09/11/2024 ou entregues mediante protocolo ao Setor de Licitações em horário de expediente das 07:00h às 12:00h.

O Termo de Referência e modelo de proposta de preços podem ser adquiridos no mesmo e-mail acima citado.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Bodoquena - MS será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.



Nota de Empenho

DADOS DO EMPENHO

N.º Empenho.: **449** Tipo.: **Global** Data.: **25/11/2024**
Contrato: **15/2024**
Nr. Licitação: **12/2024**
Modalidade: **Dispensa de Licitação** N.º Ata. :

DADOS DO CREDOR

Nome.....: **1067 - HEURIS FERREIRA DE CARVALHO** C.N.P.J/C.P.F.: **35.232.713/0001-65**
Endereço.....: **Rua LUIZ DA COSTA LEITE,1235** Cidade: **Bonito** UF: **MS**
Telefone.....: FAX.....:
Banco.....: Agência: Conta:
Gênero Despesa.....: **SERVIÇOS DIVERSOS**

VALOR

5.965,00 (Cinco Mil, Novecentos e Sessenta e Cinco Reais.)

TÓRICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DA CAMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA-MS.
CONFORME CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 015/2024. VIGENCIA 25/11/2024 A 25/12/2024.

DADOS DA DOTAÇÃO

Cód Reduzido.: **6**
Órg. Unid.....: **01.001** CAMARA MUNICIPAL DE BODOQUENA
Função.....: **01** Legislativa
Sub-Função.....: **031** Ação Legislativa
Programa.....: **0101** Desenvolvimento das Ações Legislativas
Proj./Ativ.....: **2001** EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO
El. Despesa.....: **3.3.90.30.00** Material de Consumo
SubElemento.....: **99** OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
F. de Recursos.: **1500** Recursos não Vinculados de Impostos

DETALHAMENTO DA FONTE

1500.0000000 - Sem código de acompanhamento

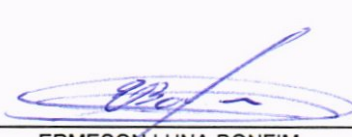
5.965,00

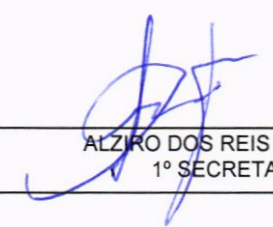
VALORES DA DOTAÇÃO

Saldo Anterior.....: **86.558,99** Lanç. Empenho.: **5.965,00** Saldo Atual.....: **80.593,99**

ORDENADOR DA DESPESA

ASSINATURA


ERMESON LUNA BONFIM
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL


ALZIRO DOS REIS FERREIRA
1º SECRETARIO